



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento
da Universidade Estadual de Londrina

CÂMARA MUNICIPAL DE MUNHOZ DE MELLO

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 001/2024

CARGO: ADVOGADO

(ENSINO SUPERIOR COMPLETO)

Língua Portuguesa: 01 a 10; Raciocínio Lógico/Matemática: 11 a 20;

Conhecimentos Gerais: 21 a 25; Legislação Municipal: 26 a 30; Conhecimentos Específicos: 31 a 50.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE INICIAR A PROVA

1	Identifique-se na parte inferior da capa deste caderno de questões.
2	A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta.
3	Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta.
4	O candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora do início das provas, tanto para ir embora quanto para utilizar os sanitários.
5	Este caderno de provas contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha (a, b, c, d).
6	Cada questão de múltipla escolha apresenta uma única resposta correta.
7	Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas. Se houver algum problema, comunique imediatamente ao fiscal de sala.
8	Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta.
9	A interpretação do conteúdo das questões da prova é responsabilidade exclusiva de cada candidato.
10	Este caderno de provas pode ser usado como rascunho, sendo a correção da prova feita única e exclusivamente pela leitura eletrônica dos cartões-respostas.
11	Assine o cartão-resposta no local indicado e preencha-o de acordo com as indicações presentes nele.
12	Não serão computadas questões não assinaladas no cartão-resposta ou que contenham emenda, rasura ou mais de uma resposta.
13	Ao término da prova, o cartão-resposta deverá ser devolvido ao fiscal de sala.
14	Depois de entregue o cartão-resposta, não será permitido ao candidato utilizar os sanitários do local de prova.
15	O caderno de prova só poderá ser levado pelo candidato que se retirar da sala de aplicação de provas no decurso da última hora da realização da prova.
16	É obrigatória a saída simultânea dos 3 (três) últimos candidatos, que assinarão a ata de encerramento da aplicação da prova e acompanharão os fiscais à coordenação para o lacre do envelope de cartões-respostas.

Identificação do candidato

Nome	Nº do documento

GABARITO

Preencha suas respostas no quadro abaixo e destaque-o na linha pontilhada.

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45
46	47	48	49	50										

Divulgação do Gabarito Preliminar 1 (um) dia útil após a aplicação da prova, às 17h, no site www.fauel.org.br/.

QUESTÕES DE 01 A 10 – LÍNGUA PORTUGUESA

Considere atentamente a crônica a seguir, escrita por Rachel de Queiroz e publicada originalmente na década de 1980, para responder às questões de 01 a 10.

Voto nulo, a pior opção para o eleitor

Esses meninos que se bateram tanto pelo voto aos dezesseis anos, esses outros, mais velhos, que foram às ruas nas passeatas durante as campanhas pelas eleições diretas; todos os cidadãos que exigiam nos palanques o seu direito de votar, como é que agora renunciam a tudo e se embalam com a ideia leviana do voto nulo? Ninguém entende.

Jogam fora esse direito de votar – quer dizer, o seu direito de escolher os homens e mulheres que vão mandar em todos nós. Não sabem esses tolos que estarão cometendo um crime contra si mesmos e contra o Brasil nesse ato estúpido de votar nulo, votar em branco, votar num bicho do jardim zoológico, como o rinoceronte Cacareco, anos atrás, ou o macaco Tião agora; ou o mosquito, no Espírito Santo. Ninguém lembra (ou será que não sabem?) de quanto sangue foi derramado, quanta prisão, força, fuzilamentos, esquartejamentos – quantos mártires tivemos na nossa história por amor desse direito de cidadania. Que agora se despreza e se quer atirar no lixo, votando em bichos brutos, em anticandidatos ou simplesmente votando em branco.

Para que hoje você, pobre ou rico, negro, índio ou branco, moço ou velho, homem ou mulher, pudesse votar livremente, morreu muita gente. Recordo o nome do Bequimão, no Maranhão, enforcado. Felipe dos Santos, em Minas Gerais, enforcado, arrastado, esquartejado. O Tiradentes, enforcado e esquartejado, no Rio de Janeiro, com os seus membros mutilados expostos ao longo da estrada de Minas e a cabeça degolada em poste de ignomínia naquela mesma Vila Rica onde o seu “crime” fora cometido. E Frei Caneca, no Recife. E Tristão Gonçalves, Carapinima e Bolão, no Ceará, fuzilados pelos imperiais na repressão à Confederação do Equador. Isso só para recordar os mais famosos. Muito mais que esses foram os esquecidos, os sem nome, que deram vida, sangue, haveres, por amor dessa cidadania que você atira fora – como se ela não passasse de uma piada!

Cada voto que você não dá, que você estraga e anula, para mostrar que está desenganado ou está com raiva, sim, cada voto que se perde é um voto a mais que se conta para os politíqueiros, para os caudilhos inimigos da nossa liberdade e dos nossos direitos. Voto ruim, candidato ruim, só se combate com voto bom, voto certo. É um pelo outro, não há mais opção. Se na nossa terra o candidato a prefeito ou vereador não merece confiança, não é votando em branco ou votando em bicho que você derruba esse mau candidato. Pelo contrário: o seu voto é nulo mesmo, não será contado. Mas o voto que o candidato ruim comprou ou ganhou com suas falsas promessas, esse voto será contado e acaba elegendo o sujeito. Por culpa de quem? Por culpa de você mesmo, que não se opôs, naquelas mesmas urnas, com o seu voto consciente contra o voto errado dos outros.

Eleição é assunto muito sério. O voto é a única arma que nós temos para defender o nosso direito. Se o povo vota errado, o culpado não é o voto. O culpado é quem não soube votar.

Em tempo de eleição o poder não está nas mãos do governo, nem dos políticos. Não veem como nessa hora eles nos bajulam, nos adulam, nos fazem promessas, tentam nos comprar, nos ameaçar, nos seduzir de qualquer modo? É porque, de voto na nossa mão, o poder somos nós. Nós é que fazemos e desfazemos. Que escolhemos ou escorraçamos. Nós é que somos o rei, em dia de eleição. Nós, com aquela cruzinha riscada junto ao nome da nossa escolha, com o voto secreto enfiado na urna, nós – só nós e mais ninguém – é que vamos decidir se o Brasil muda ou fica nesta tristeza e nesta confusão em que está, a fome nos batendo à porta, a inflação, como lobisomem, nos comendo a carne e o futuro à nossa frente fechado e preto como um dia sem sol.

(“Voto nulo, a pior opção para o eleitor”, por Rachel de Queiroz, com adaptações)

01. De acordo com a interpretação do texto, pode-se afirmar que, para a autora, a prática do voto nulo:

- a) acabava por beneficiar certos agentes políticos.
- b) era uma forma legítima de manifestação política.
- c) não trazia benefícios nem malefícios.
- d) seria respeitável como parte do processo democrático.

02. No primeiro parágrafo do texto selecionado, no trecho “esses outros, mais velhos, que foram às ruas nas passeatas”, a expressão “mais velhos” pode ser classificada como:

- a) aposto.
- b) predicado.
- c) sujeito.
- d) vocativo.

03. Ainda no primeiro parágrafo, a autora da crônica caracteriza o voto nulo como “ideia leviana”. Com relação ao termo “ideia”, pode-se afirmar que, com base no Novo Acordo Ortográfico, a grafia “idéia”, com acento agudo, passou a ser considerada:

- a) correta.
- b) coloquial.
- c) facultativa.
- d) incorreta.

04. No primeiro parágrafo de sua crônica, a autora conclui seu raciocínio inicial com a oração “Ninguém entende”. Com relação ao sujeito dessa oração, pode-se afirmar que:

- a) é inexistente.
- b) pode ser classificado como composto.
- c) é desempenhado pelo termo “ninguém”.
- d) está implícito, mas pode ser inferido pelo contexto.

05. No início do segundo parágrafo, logo após “Jogam fora esse direito de votar”, a autora emprega o sinal de pontuação denominado “travessão”. Nesse caso, esse sinal é utilizado para:

- a) inserir uma citação direta.
- b) isolar no texto uma explicação.
- c) indicar a mudança de interlocutor.
- d) sinalizar a fala de um personagem.

06. Ao final do segundo parágrafo, no trecho “Que agora se despreza e se quer atirar no lixo”, o pronome “que” serve no texto para retomar a expressão:

- a) “direito de cidadania”.
- b) “nossa história”.
- c) “quantos mártires”.
- d) “sangue derramado”.

07. Ao mencionar, no terceiro parágrafo, a figura de Tiradentes, a autora do texto relembra sua “cabeça degolada em poste de ignomínia”. Sobre o termo “ignomínia”, marque a alternativa que indica um de seus possíveis antônimos.

- a) Aviltamento.
- b) Honradez.
- c) Infâmia.
- d) Opróbrio.

08. Ainda no terceiro parágrafo, ao se referir ao “crime” de Tiradentes, a escritora optou por apresentar esse substantivo entre aspas. Isso se deu porque, nesse caso, a autora do texto:

- a) considerava injusta a condenação de Tiradentes.
- b) empregava propositalmente uma grafia de outra época.
- c) julgava os detalhes do caso inapropriados para certos leitores.
- d) pretendia enfatizar a gravidade do crime por ele cometido.

09. No último parágrafo, ao afirmar que “Em tempo de eleição o poder não está nas mãos do governo”, a autora utiliza o termo “mãos” e faz uso de uma figura de linguagem. Marque a alternativa que indica essa figura de linguagem.

- a) Hipérbole.
- b) Ironia.
- c) Metáfora.
- d) Paradoxo.

10. Com base na interpretação do último parágrafo, pode-se afirmar que, na ótica da autora, a situação política e econômica do país, à época em que ela escrevia sua crônica, podia ser considerada:

- a) bastante satisfatória.
- b) essencialmente negativa.
- c) relativamente positiva.
- d) pelo menos divertida.

QUESTÕES DE 11 A 20 – RACIOCÍNIO LÓGICO/ MATEMÁTICA

11. Assinale a alternativa que apresenta a negação da proposição “Daniela não sabe andar de bicicleta ou sabe assoviar”.

- a) Daniela sabe andar de bicicleta e não sabe assoviar.
- b) Daniela sabe andar de bicicleta e sabe assoviar.
- c) Daniela sabe andar de bicicleta ou não sabe assoviar.
- d) Daniela sabe andar de bicicleta ou sabe assoviar.

12. Se $A = \{0, -2, -3, -5, -6\}$, assinale a alternativa que contém uma proposição verdadeira.

- a) $\forall x \in A, x > 0$
- b) $\exists x \in A, x < 0$
- c) $\exists x \in A, x > 0$
- d) $\forall x \in A, x < 0$

13. Sejam p e q proposições, tais que p : “sou filho único” e q : “tudo que respira está vivo”. Assinale a alternativa que apresenta, CORRETAMENTE, a expressão equivalente a $\neg p \rightarrow q$.

- a) Se sou filho único, então tudo que respira está vivo.
- b) Se não sou filho único, então tudo que respira não está vivo.
- c) Se sou filho único, então tudo que respira não está vivo.
- d) Se não sou filho único, então tudo que respira está vivo.

14. O menor lado de um retângulo mede 4 cm. Além disso, a diagonal desse retângulo forma com seu maior lado um ângulo de 30° . Sabendo que $\text{sen}(30^\circ) = \frac{1}{2}$, $\text{cos}(30^\circ) = \frac{\sqrt{3}}{2}$ e $\text{tg}(30^\circ) = \frac{1}{\sqrt{3}}$, assinale a alternativa que apresenta a medida da diagonal desse retângulo.

- a) 4 cm.
- b) $4\sqrt{3}$ cm.
- c) 8 cm.
- d) $8\sqrt{3}$ cm.

15. São verdadeiras as proposições: “se o Brasil ganhar ouro na ginástica, então Dona Neuza fará um bolo” e “se Dona Neuza fizer um bolo, então Camila ficará feliz”. Assim, assinale a alternativa que apresenta uma proposição também verdadeira.

- a) Se o Brasil ganhar ouro na ginástica, então Camila não ficará feliz.
- b) Se Camila ficou feliz, então o Brasil ganhou ouro na ginástica.
- c) Se o Brasil ganhar ouro na ginástica, então Camila ficará feliz.
- d) Se o Brasil não ganhar ouro na ginástica, então Camila não ficará feliz.

16. Assinale a alternativa CORRETA com relação à proposição $[\neg(p \wedge q)] \vee [\neg(q \leftrightarrow p)]$.

- a) A proposição é uma tautologia.
- b) A proposição é uma contradição.
- c) A proposição é uma contingência.
- d) A proposição é simples.

17. Sejam p e q proposições, tais que p : “minha caneta é roxa” e q : “meu caderno é azul”. Assinale a alternativa que apresenta a expressão lógica equivalente a “se minha caneta é roxa, então meu caderno não é azul”.

- a) $q \rightarrow \neg p$
- b) $p \rightarrow \neg q$
- c) $\neg q \rightarrow p$
- d) $\neg p \rightarrow q$

18. Assinale a alternativa que apresenta uma tautologia.

- a) $p \rightarrow \neg p$
- b) $p \rightarrow (p \wedge \neg p)$
- c) $p \rightarrow (p \vee \neg p)$
- d) $\neg p \rightarrow p$

19. Os catetos de um triângulo retângulo medem 9 cm e 12 cm. Assinale a alternativa que apresenta a soma das medidas dos três lados.

- a) 30 cm.
- b) 32 cm.
- c) 34 cm.
- d) 36 cm.

20. Ao construir a tabela verdade de $(p \wedge q) \wedge \neg(p \vee q)$, os valores lógicos encontrados ao final serão:

- a) F – F – F – F.
- b) V – V – V – V.
- c) V – F – V – F.
- d) F – V – V – F.

QUESTÕES DE 21 A 25 – CONHECIMENTOS GERAIS

21. O Paraná é rico em diversidade cultural, abrigando vários locais que mantêm vivas as tradições e as culturas de diferentes povos. A Colônia Witmarsum é um desses locais, situada próximo à cidade de Curitiba, com aproximadamente 2.000 habitantes. A colônia se esforça para preservar não apenas o idioma, mas sua cultura de modo geral. A qual povo essa colônia está ligada?

- a) Italianos.
- b) Alemães.
- c) Franceses.
- d) Japoneses.

22. A história de Munhoz de Mello está intimamente ligada ao declínio da produção cafeeira em São Paulo, que levou muitos agricultores a buscarem terras férteis no Norte do Paraná. A ocupação ilegal das terras e a subsequente intervenção do governo estadual resultaram na criação de várias colônias. Qual das colônias a seguir foi estabelecida em 1950 como parte do programa de colonização que deu origem ao município de Munhoz de Mello?

- a) Ribeirão Centenário.
- b) Água da Onça.
- c) Interventor.
- d) Rio Poente.

23. Qual foi o evento que marcou oficialmente a emancipação política do que hoje é o município de Munhoz de Mello?

- a) A criação do distrito de Fernão Dias, em 1963.
- b) O retorno de Santa Zélia ao convívio de Astorga, em 1957.
- c) A criação da Lei Estadual nº 2.473, em 1955.
- d) A marca de 14 mil habitantes, na década de 1960.

24. De 26 de julho a 11 de agosto de 2024, aconteceu em Paris a 33ª edição das Olimpíadas da Era Moderna, um evento multiesportivo internacional que reúne federações esportivas do mundo todo. Desde a sua primeira edição (1896), as Olimpíadas não foram realizadas três vezes devido à Primeira e à Segunda Guerras Mundiais. Qual foi o primeiro ano em que os Jogos Olímpicos NÃO aconteceram?

- a) 1912.
- b) 1916.
- c) 1920.
- d) 1940.

25. Quem foi a primeira mulher negra e trans a ocupar o cargo de deputada federal na história do Brasil, e que também se tornou líder da bancada de seu partido na Câmara em fevereiro de 2024?

- a) Duda Salabert.
 - b) Bruna Benevides.
 - c) Lizandra Lima.
 - d) Erika Hilton.
-

QUESTÕES DE 26 A 30 – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

26. O Art. 50 da Lei Orgânica Municipal de Munhoz de Mello trata sobre a ausência do prefeito por determinado período, sob pena de perda do cargo. Assinale a alternativa que cita o período que o prefeito NÃO poderá se ausentar conforme o referido artigo.

- a) O prefeito não poderá, sem autorização da Câmara Municipal, ausentar-se do município por período superior a cinco dias ou do país por dez dias, sob pena de perda do cargo.
- b) O prefeito não poderá, sem autorização da Câmara Municipal, ausentar-se do município por período superior a dez dias ou do país por vinte dias, sob pena de perda do cargo.
- c) O prefeito não poderá, sem autorização da Câmara Municipal, ausentar-se do município por período superior a quinze dias ou do país por qualquer prazo, sob pena de perda do cargo.
- d) O prefeito não poderá, sem autorização da Câmara Municipal, ausentar-se do município ou do país por período superior a trinta dias, sob pena de perda do cargo.

27. “O Art. 14 do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Municipais de Munhoz de Mello descreve que os cargos efetivos terão um vencimento básico ou inicial, acrescidos progressivamente de _____ entre um nível e o nível imediatamente superior”.

Assinale a alternativa que completa CORRETAMENTE a lacuna acima conforme o Art. 14 do referido Plano.

- a) 1,0%.
- b) 1,5%.
- c) 2,0%.
- d) 3,0%.

28. O Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta dos Servidores do Município de Munhoz de Mello, estado do Paraná, descreve quais são as formas de provimento em cargo público. Assinale a alternativa que descreve CORRETAMENTE as formas de provimento em cargo público.

- a) I – Nomeação; II – Promoção; III – Acesso; IV – Readaptação; V – Reversão; VI – Aproveitamento; VII – Reintegração.
- b) I – Nomeação; II – Publicação; III – Inclusão; IV – Readaptação; V – Aproveitamento; VI – Integração.
- c) I – Nomeação; II – Publicação; III – Acesso; IV – Readaptação; VI – Aproveitamento; VI – Reintegração.
- d) I – Nomeação; II – Promoção; III – Inclusão; IV – Adaptação; V – Aproveitamento; VI – Integração.

29. Segundo o Plano de Cargos e Salários do município de Munhoz de Mello, Estado do Paraná, a aquisição do mérito para acumular com o tempo de serviço dar-se-á pelo sistema de avaliação de desempenho do servidor, através da Progressão Funcional, o qual será regulamentado por Decreto do Poder Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias contados após a publicação da referida Lei. Em seu artigo 28, § 1º, são indicados os fatores a serem considerados na avaliação. Sabendo disso, assinale a alternativa que representa todos esses fatores conforme o referido documento.

- a) I – Qualidade do trabalho; II – Quantidade do trabalho; III – Pontualidade e disciplina; IV – Assiduidade e urbanidade; V – Iniciativa e cooperação; VI – Participação nos treinamentos; VII – Produtividade e relação humana.
- b) I – Qualidade do trabalho; II – Quantidade de operações; III – Pontualidade e disciplina; IV – Assiduidade e urbanidade; V – Iniciativa e ocupação.
- c) I – Eficiência do trabalho; II – Quantidade do trabalho; III – Pontualidade e disciplina; IV – Urbanidade e população; V – Iniciativa e cooperação; VI – Compartilhamento e relação humana.
- d) I – Eficiência do trabalho; II – Horas de trabalho; III – Pontualidade e disciplina.

30. O Art. 54 da Lei Orgânica Municipal de Munhoz de Mello descreve que são auxiliares diretos do prefeito os secretários municipais ou equivalentes da administração direta e indireta e o administrador distrital. No Art. 55 da mesma Lei, é relatado quais são as condições essenciais para a investidura dos auxiliares diretos. Marque a alternativa que representa as condições para investidura dos auxiliares diretos conforme o Art. 55 da referida Lei.

- a) I – O pleno exercício dos direitos políticos; II – idade de vinte e um anos.
 - b) I – A plena capacidade cognitiva; II – idade de dezoito anos.
 - c) I – A plena capacidade cognitiva; II – idade de vinte e um anos.
 - d) I – O pleno exercício dos direitos políticos; II – idade de dezoito anos.
-

QUESTÕES DE 31 A 50 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Considere as afirmativas a seguir a respeito dos Municípios e, com base no texto constitucional, assinale a alternativa CORRETA.

I – Para a composição das Câmaras Municipais, nos Municípios com até 15.000 (quinze mil) habitantes, será observado o limite máximo de 9 (nove) vereadores.

II – Em Municípios de até dez mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a vinte e cinco por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.

III – A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, excluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

- a) Todas as afirmativas estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Apenas a alternativa I está correta.

32. Sobre a fiscalização dos Municípios, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A fiscalização do Município, mediante controle externo, será exercida pelo Tribunal de Contas do Estado.
- b) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- c) A Constituição Federal veda a criação de Tribunais de Contas dos Municípios.
- d) As contas dos Municípios ficarão, durante noventa dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

33. No que diz respeito ao processo legislativo, conforme a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- b) A Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.
- c) Lei ordinária disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.
- d) Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á total ou parcialmente, no prazo de dez dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.

34. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Sobre o tema, com base no texto da Constituição Federal, marque a alternativa INCORRETA.

- a) O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- b) As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.
- c) Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á a propriedade, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- d) Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

35. Com base no Código Civil e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é CORRETO afirmar que:

- a) são responsáveis pela reparação civil os donos de hotéis pelos seus hóspedes.
 - b) a ausência de registro da transferência implica a responsabilidade do antigo proprietário por dano resultante de acidente que envolva o veículo alienado.
 - c) o proprietário do veículo de divulgação não é civilmente responsável pelo ressarcimento de dano decorrente de publicação pela imprensa.
 - d) o direito à indenização por danos morais não se transmite com o falecimento do titular.
-

36. Leia a seguir as afirmativas que tratam da personalidade e da capacidade das pessoas naturais e assinale a alternativa CORRETA.

I – São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.

II – O prodígio de 16 anos que cursa faculdade de Medicina é absolutamente capaz.

III – O prodígio é relativamente incapaz.

IV – Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a cessação de ameaça ou lesão a direito de personalidade, e reclamar perdas e danos, o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.

a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.

b) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.

c) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.

d) Apenas a afirmativa III está correta.

37. Considerando as disposições do Código Civil quanto ao Direito das Obrigações, analise as afirmativas a seguir e indique a alternativa CORRETA.

I – A obrigação solidária pode ser pura e simples para um dos cocredores ou codevedores, e condicional, ou a prazo, ou pagável em lugar diferente, para o outro.

II – Se um dos credores solidários falecer deixando herdeiros, cada um destes só terá direito a exigir e receber a quota do crédito que corresponder ao seu quinhão hereditário, salvo se a obrigação for indivisível.

III – Extingue-se a obrigação de não fazer, desde que, sem culpa do devedor, se lhe torne impossível abster-se do ato, que se obrigou a não praticar.

IV – Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, sofrerá o credor a perda, e a obrigação se resolverá, ressalvados os seus direitos até o dia da perda.

a) Apenas a afirmativa I está correta.

b) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.

c) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.

d) Todas as afirmativas estão corretas.

38. A respeito dos recursos, é CORRETO afirmar que:

a) no recurso ordinário e no recurso extraordinário, há prévio exame de admissibilidade pelo juízo *a quo*.

b) o rol legal de recursos é *numerus clausus* e o Código de Processo Civil em vigor prevê os seguintes: apelação, agravo de instrumento, agravo interno, embargos de declaração, recurso ordinário, recurso especial, recurso extraordinário, agravo em recurso especial ou extraordinário e embargos de divergência.

c) todos os recursos previstos no Código de Processo Civil devem ser interpostos no prazo de 15 dias.

d) a renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.

39. A respeito da força probante dos documentos, conforme o Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar que:

a) o documento particular admitido expressa ou tacitamente é indivisível, sendo vedado à parte que pretende utilizar-se dele aceitar os fatos que lhe são favoráveis e recusar os que são contrários ao seu interesse, salvo se provar que estes não ocorreram.

b) a nota escrita pelo credor em qualquer parte de documento representativo de obrigação, ainda que não assinada, faz prova em benefício do devedor.

c) o documento feito por oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais, sendo subscrito pelas partes, tem a mesma eficácia probatória do documento público.

d) à parte que produziu o documento cabe o ônus da prova quando se tratar de impugnação da autenticidade.

40. Conforme o Código de Processo Civil, assinale a alternativa que indica um título executivo extrajudicial.

a) O formal e a certidão de partilha, exclusivamente em relação ao inventariante, aos herdeiros e aos sucessores a título singular ou universal.

b) A sentença arbitral.

c) A certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei

d) O crédito de auxiliar da justiça, quando as custas, emolumentos ou honorários tiverem sido aprovados por decisão judicial.

41. Conforme o Supremo Tribunal Federal e a doutrina majoritária, há, no ordenamento jurídico brasileiro, cinco espécies de tributos (impostos, taxas, contribuição de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais). A taxa é paga pelo contribuinte em razão de um serviço prestado pelo Poder Público ou em razão do exercício de poder de polícia. Sobre as taxas, conforme a legislação e a jurisprudência, é CORRETO afirmar que:

- a) a mera existência de órgão competente e estrutura para o exercício do poder de polícia não é suficiente para que seja cobrada taxa municipal de renovação de licença de funcionamento.
- b) a instituição de taxa de fiscalização do funcionamento de torres e antenas de transmissão e recepção de dados e voz pode ser feita pelos Municípios, uma vez que compete aos Municípios legislar sobre assuntos locais e promover, no que couber, adequado ordenamento territorial.
- c) é inconstitucional lei municipal que, sob o fundamento do exercício do poder de polícia, institui taxa em razão da fiscalização da ocupação e da permanência de postes instalados em suas vias públicas, uma vez que compete privativamente à União legislar sobre energia.
- d) são constitucionais a instituição e a cobrança de taxas por emissão ou remessa de carnês/guias de recolhimento de tributos.

42. Com base no texto da Lei nº 6.830/1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, é CORRETO afirmar que:

- a) o executado será citado para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.
- b) o Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição.
- c) a Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção absoluta de certeza e liquidez.
- d) o despacho do juiz que ordenar a citação suspende a prescrição ainda que a citação não venha a se concretizar.

43. Com base no Código Tributário Nacional, no que diz respeito às garantias e aos privilégios do crédito tributário, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados unicamente os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.
- b) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, sendo irrelevante a reserva, pelo devedor, de bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita.
- c) São concursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência.
- d) Na hipótese de o devedor tributário, devidamente intimado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e ainda que encontrados bens passíveis de penhora, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial.

44. Os atos que informam, esclarecem ou sugerem providências necessárias à prática dos atos administrativos são de natureza:

- a) contenciosa.
- b) verificadora.
- c) controladora.
- d) consultiva.

45. A desapropriação consiste em um meio de intervenção na propriedade. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Não há possibilidade de a desapropriação incidir sobre bens públicos.
- b) A desapropriação por utilidade pública deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente, dentro de dois anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará.
- c) Poderão promover a desapropriação por utilidade pública mediante autorização expressa constante de lei ou contrato: os concessionários, permissionários, autorizatários e arrendatários.
- d) O expropriante tem o prazo de 5 (cinco) anos, a partir da decretação da desapropriação por interesse social, para efetivar a aludida desapropriação e iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado.

46. Suponha que determinado prefeito, no exercício da chefia do Poder Executivo Municipal, cometeu ato que caracteriza, concomitantemente, crime de responsabilidade e ato de improbidade administrativa. Com base na legislação e na jurisprudência, é CORRETO afirmar que:

- a) o prefeito poderá ser punido pelo crime de responsabilidade ou pelo ato de improbidade, não podendo ser duplamente sancionado, sob pena de caracterizar *bis in idem*.
- b) o prefeito só poderá ser punido por crime de responsabilidade, uma vez que o Decreto-Lei nº 201/67 é especial em relação à Lei de Improbidade Administrativa.
- c) sanções eventualmente aplicadas no julgamento do crime de responsabilidade deverão ser compensadas com as sanções aplicadas no processo de improbidade administrativa.
- d) o duplo regime sancionatório é admitido pela jurisprudência para os agentes políticos, sejam prefeitos, governadores ou o presidente da república, de modo que no caso do enunciado o prefeito poderá responder tanto pelo crime de responsabilidade quanto pelo ato de improbidade.

47. Conforme a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), como é definido o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados?

- a) Chamamento.
- b) Sistema de Registro de Preços.
- c) Credenciamento.
- d) Concurso.

48. O Art. 9º da Constituição Federal assegura o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Diante da mora legislativa em regulamentar o direito de greve no âmbito da Administração Pública, o Supremo Tribunal Federal decidiu que se aplicam aos servidores públicos as normas previstas para os empregados da iniciativa privada até que venha a ser publicada lei específica.
- b) De acordo com a legislação infraconstitucional, a greve só será legítima se suceder negociação coletiva frustrada ou verificada a impossibilidade de recurso via arbitral.
- c) A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade e os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.
- d) A Justiça Comum, federal ou estadual, é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada.

49. Conforme a Consolidação das Leis do Trabalho, o trabalho exercido em condições insalubres em grau máximo assegura a percepção de adicional de:

- a) 20% (vinte por cento).
- b) 30% (trinta por cento).
- c) 40% (quarenta por cento).
- d) 50% (cinquenta por cento).

50. No que diz respeito ao contrato de trabalho, conforme a Consolidação das Leis do Trabalho, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Os direitos oriundos da existência do contrato de trabalho não subsistirão em caso de falência, concordata ou dissolução da empresa.
- b) Não existe vínculo empregatício entre entidades religiosas de qualquer denominação ou natureza ou instituições de ensino vocacional e ministros de confissão religiosa, membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa, ou quaisquer outros que a eles se equiparem, exceto na hipótese de dedicarem, parcial ou integralmente, às atividades ligadas à administração da entidade ou instituição a que estejam vinculados ou estejam em formação ou treinamento.
- c) Para fins de contratação, o empregador não exigirá do candidato a emprego comprovação de experiência prévia por tempo superior a 1 (um) ano no mesmo tipo de atividade.
- d) O contrato de trabalho intermitente deve ser celebrado por escrito e deve conter especificamente o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário do salário mínimo ou àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função em contrato intermitente ou não.